



CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0093/2026

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) NA MODALIDADE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE *CLEARING HOUSE* EM SOLUÇÃO DE BILHETAGEM BASEADA EM CONTAS (*ACCOUNT BASED TICKETING* - ABT) PARA O TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE - RMPA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA PARA PROCESSAMENTO DE PAGAMENTOS INCLUINDO CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO E SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM PARA PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS

ANEXO VI - MATRIZ DE RISCO



CAPÍTULO I - DA MATRIZ DE RISCOS

1.1 Este ANEXO integra cada CONTRATO DE CONCESSÃO e deve ser interpretado em conjunto com ele, em especial na sua Cláusula 18ª - Do Equilíbrio Econômico-Financeiro e da Alocação dos Riscos, e todos os seus ANEXOS.

1.2 Em casos de qualquer divergência entre o disposto neste ANEXO e o disposto no CONTRATO, prevalecerá o quanto disposto no CONTRATO.

1.3 Os riscos decorrentes da execução da CONCESSÃO serão alocados ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA, conforme disposto na tabela abaixo.

1.4 Não caberá à CONCESSIONÁRIA recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nas situações listadas, em face de eventos cujo risco não tenha sido alocado expressamente ao PODER CONCEDENTE nos termos do CONTRATO e deste ANEXO.

1.5 A variação do quantitativo de VALIDADORES instalados e em operação será tratada exclusivamente pelo mecanismo de ajuste da PARCELA DE RESSARCIMENTO previsto no CONTRATO, não constituindo hipótese de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro



1.6 Riscos atrelados à possibilidade de revisão contratual:

Nº	Tipo de risco	Risco	Alocação
1	Operacional-implementação	Varição dos custos operacionais e administrativos da prestação dos serviços objeto da CONCESSÃO, ressalvada a variação do quantitativo de VALIDADORES instalada e em operação, cuja remuneração observará o mecanismo específico previsto no CONTRATO	CONCESSIONÁRIA
2	Operacional-implementação	Contratação de mão de obra especializada	CONCESSIONÁRIA
3	Operacional-implementação	Atraso ou falha no planejamento, elaboração, implantação, integração, homologação, configuração, testes, comissionamento e disponibilização dos bens, equipamentos, sistemas, softwares, licenças e demais insumos necessários à execução da CONCESSÃO, ressalvados os atrasos decorrentes da não emissão ou da demora na obtenção de licenças, permissões ou autorizações por fato imputável ao PODER CONCEDENTE	CONCESSIONÁRIA
4	Operacional-implementação	Atraso ou inviabilização da transição operacional decorrente da não disponibilização tempestiva de informações, acessos, sistemas, instalações, apoio operacional, documentação técnica ou demais elementos necessários à continuidade dos sistemas de bilhetagem legados, pelas atuais operadoras da bilhetagem.	PODER CONCEDENTE
5	Operacional-implementação	Ausência de empresas de meio de pagamento credenciadas no prazo previsto de implementação	PODER CONCEDENTE
6	Econômico-financeiro	Varição dos preços dos fatores de custo necessários à operação da CONCESSÃO, incluindo os custos de aquisição, licenciamento e atualização de softwares e hardwares e os decorrentes de alteração no cenário macroeconômico.	CONCESSIONÁRIA
7	Econômico-financeiro	Variações na tributação aplicável (exceto Imposto de Renda), incluindo a reforma tributária da Lei Complementar nº 214/2025 e eventuais complementações e alterações	PODER CONCEDENTE
8	Operacional-execução	Atualização tecnológica para atender novas soluções de pagamento que surgirem no mercado	PODER CONCEDENTE
9	Operacional-execução	Furto, roubo, perda, dano, indisponibilidade ou deterioração dos equipamentos, sistemas e demais bens empregados na execução da CONCESSÃO, incluindo sua manutenção e substituição quando necessárias.	CONCESSIONÁRIA
10	Econômico-financeiro	Ausência de credenciamento de meios de pagamento necessários à execução do objeto da concessão	PODER CONCEDENTE



Nº	Tipo de risco	Risco	Alocação
11	Econômico-financeiro	Falha na licitação das concessões de ônibus	PODER CONCEDENTE
12	Econômico-financeiro	Falha na utilização do saldo dos Créditos dos sistemas de bilhetagem legados pelos usuários, desde que tenha recebido os dados técnicos pelo Poder Concedente necessários para a implantação da leitura dos cartões moedeiros legados nos VALIDADORES	CONCESSIONÁRIA
13	Econômico-financeiro	Obtenção e/ou aumento do custo de empréstimos, financiamentos ou condicionantes assumidos para a realização de investimentos ou custeio das atividades objeto da CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIA
14	Econômico-financeiro	Ausência, por parte da CONCESSIONÁRIA, de capacidade financeira e/ou de captação de recursos	CONCESSIONÁRIA
15	Regulatório	Alteração dos indicadores técnicos descritos no Anexo I, de seus critérios de avaliação, metodologia de apuração, metas ou pesos pelo PODER CONCEDENTE, que implique aumento dos encargos, redução da remuneração ou impacto sobre o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO	PODER CONCEDENTE
16	Econômico-financeiro	Reforma Tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, incluindo sua regulamentação, implementação e regime de transição, com impactos objetivos e diretos sobre os custos, receitas, obrigações tributárias ou o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO	PODER CONCEDENTE
17	Jurídico	Encampação da CONCESSÃO por razões de interesse público	PODER CONCEDENTE
18	Jurídico	Extinção da CONCESSÃO por decretação da caducidade	CONCESSIONÁRIA
19	Jurídico	Extinção da CONCESSÃO por vícios no processo de LICITAÇÃO, nos casos em que a CONCESSIONÁRIA não tiver concorrido com os vícios que geraram a anulação do CONTRATO	PODER CONCEDENTE
20	Jurídico	Extinção da CONCESSÃO por descumprimento pelo PODER CONCEDENTE de suas obrigações, mediante ação judicial	PODER CONCEDENTE



Nº	Tipo de risco	Risco	Alocação
21	Econômico-financeiro	Varição de qualquer ordem nas RECEITAS ACESSÓRIAS que frustre as expectativas de receita pela CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA
22	Econômico-financeiro	Alteração no cenário macroeconômico que afete direta ou indiretamente a CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIA
23	Seguros	Ocorrência de eventos danosos, inclusive decorrentes de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, passíveis de cobertura securitária no mercado brasileiro, por pelo menos duas seguradoras na data do evento, inclusive os riscos de responsabilidade e de responsabilidade cibernética	CONCESSIONÁRIA
24	Seguros	Ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, cujas consequências não sejam cobertas por seguro disponível no mercado segurador brasileiro, em condições comerciais viáveis na data do evento. As PARTES avaliarão a viabilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou extinção da CONCESSÃO, conforme os efeitos sobre a continuidade do CONTRATO	Compartilhado quando cabível, rateio igual entre as PARTES (50% cada) dos custos não cobertos por seguros
25	Econômico-financeiro	Mudanças no plano de investimentos, nos projetos ou nas obras e na forma de prestação dos SERVIÇOS por decisão unilateral da CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA
26	Econômico-financeiro	Mudanças no plano de investimentos ou nos projetos e na forma de prestação dos SERVIÇOS decorrentes de decisão unilateral do PODER CONCEDENTE associado à situação descrita na cláusula 4.1.4 da Minuta do Contrato, em razão da adesão de novos Municípios com vistas à integração de serviços municipais de transporte coletivo e de outros modos de transporte, mediante solicitação formal do PODER CONCEDENTE	PODER CONCEDENTE
27	Regulatório	Alteração dos Índices de Desempenho, de seus critérios de avaliação, metodologia de apuração, metas ou pesos pelo PODER CONCEDENTE, que implique aumento dos encargos, redução da remuneração ou impacto sobre o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO	PODER CONCEDENTE
28	Regulatório	Alteração de normas, regulamentos ou determinações da AGERGS ou do Banco Central do Brasil que imponham novos encargos, requisitos operacionais ou obrigações à CONCESSIONÁRIA, com impacto sobre a execução do CONTRATO	PODER CONCEDENTE



Nº	Tipo de risco	Risco	Alocação
29	Regulatório	Alteração das infrações e das suas penalidades descritas no Anexo VII, de seus critérios de avaliação, metodologia de apuração, metas ou pesos pelo PODER CONCEDENTE, que implique aumento dos encargos, redução da remuneração ou impacto sobre o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO	PODER CONCEDENTE
30	Jurídico	Decisões proferidas em ação judicial, procedimento arbitral ou procedimento administrativo, propostos por terceiros que impactem total ou parcialmente na execução do CONTRATO, em função de fato não imputável à CONCESSIONÁRIA	PODER CONCEDENTE
31	Empresarial	Elaboração do Plano de Negócios para a prestação dos serviços	CONCESSIONÁRIA
32	Econômico-financeiro	Variações no volume de transações diárias processadas pela <i>Clearing House</i>	CONCESSIONÁRIA

1.7 Riscos atrelados à possibilidade de sanções administrativas:

Nº	Tipo de risco	Risco	Alocação
1	Jurídico	Descumprimento da legislação trabalhista e previdenciária	CONCESSIONÁRIA
2	Jurídico	Descumprimento da legislação tributária	CONCESSIONÁRIA
3	Operacional-execução	Atrasos no pagamento das operadoras de transporte	CONCESSIONÁRIA
4	Operacional-execução	Equívocos no cadastro de usuários	CONCESSIONÁRIA
5	Operacional-execução	Equívocos próprios do sistema central no processamento de ordens de pagamento	CONCESSIONÁRIA
6	Operacional-execução	Equívocos na conciliação de informações de pagamento em cartão de crédito e débito	CONCESSIONÁRIA
7	Operacional-execução	Atendimento desconforme de solicitações de acesso a dados	CONCESSIONÁRIA



Nº	Tipo de risco	Risco	Alocação
8	Operacional-execução	Funcionamento desconforme dos sistemas de tecnologia da informação	CONCESSIONÁRIA
9	Operacional-execução	Compartilhamento ou uso indevido de dados pessoais, ainda que acidental	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA (proporcional às obrigações de cada)
10	Operacional-execução	Falha em manter licenças e autorizações para operar, se aplicável, incluindo do Banco Central do Brasil	CONCESSIONÁRIA
11	Operacional-execução	Falha dos validadores, da comunicação ou do sistema central que impeça o registro das validações e comprometa a apuração da receita tarifária	CONCESSIONÁRIA
12	Operacional-execução	Ocorrência de ataques cibernéticos, infecções por malware, <i>ransomware</i> , negação de serviço (DDoS), invasões, vazamentos de dados ou outros incidentes de segurança da informação que afetem a operação dos sistemas tecnológicos da CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIA
13	Jurídico	Prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE em decorrência da execução da CONCESSÃO em desacordo com as disposições do CONTRATO, de seus ANEXOS ou da legislação e regulamentação aplicáveis, bem como pelos danos resultantes de ação ou omissão da CONCESSIONÁRIA, de seus empregados, prepostos ou subcontratados	CONCESSIONÁRIA
14	Jurídico	Eventuais acidentes ou prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente pela CONCESSIONÁRIA, por seus empregados, prestadores de serviço, terceirizados, subcontratados ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas no CONTRATO	CONCESSIONÁRIA
15	Jurídico	Intervenção na CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE em razão de descumprimentos contratuais pela CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA
16	Jurídico	Extinção da CONCESSÃO por decretação da caducidade	CONCESSIONÁRIA
17	Jurídico	Acidente de trabalho na execução da CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIA



23040000008260

8

Nº	Tipo de risco	Risco	Alocação
18	Jurídico	Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO, incluída a elevação do custo de mão de obra por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, e as responsabilizações deles decorrentes, incluídas aquelas relacionadas às empresas eventualmente subcontratadas no âmbito da CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIA
19	Jurídico	Custos decorrentes de ação judicial, procedimento arbitral ou procedimento administrativo propostos por terceiros em face da CONCESSIONÁRIA, salvo se decorrente de ação ou omissão do PODER CONCEDENTE	CONCESSIONÁRIA
20	Jurídico	Responsabilidade civil, administrativa, ambiental e penal por danos que possam ocorrer a terceiros em função de imperícia ou falha na prestação de serviços.	CONCESSIONÁRIA